CONSTITUIÇÃO ESTADUAL — ESCOLHA DO PROCURADOR GERAL DA
JUSTIÇA — INCONSTITUCIONALIDADE

— *Plausibilidade de tese inconstitucionalidade das expressões “após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo” e “após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa”, contidas, respectivamente, no § 1º do art. 99 da Constituição do Estado de Rondônia e no art. 10 da Lei Orgânica do Ministério Público do mesmo Estado, por consagrar critério discrepante do estabelecido no art. 8º, § 3º, da Carta Federal e do princípio da independência e harmonia dos Poderes.*

— *Cautelar deferida.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 1.962

Requerente: Procurador Geral da República

Requerido: Governador do Estado de Rondônia

Requerida: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

Relator: Sr. Ministro ILMAR GALVÃO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por seu Tribunal Pleno, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em deferir o pedido de medida cautelar, para suspender, até a decisão final da ação direta, a eficácia das expressões “após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo” e “após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa”, contidas, respectivamente, no § 1º do art. 99 da Constituição

do Estado de Rondônia e no *caput* do art. 10 da Lei Orgânica do Ministério Público do mesmo Estado (Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993). Vencido o Ministro Marco Aurélio. Votou o Presidente.

Brasília, 11 de março de 1999.

CARLOS VELLOSO — Presidente

ILMAR GALVÃO — Relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): O Procurador Geral da República propõe a presente ação direta de in-

constitucionalidade, com pedido de suspensão cautelar do § 1º do art. 99 da Constituição do Estado de Rondônia e do *caput* do art. 10 da Lei Complementar estadual nº 93, de 3 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Rondônia), que têm o seguinte teor:

"Art. 99.

1º O Ministério Público do Estado tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, dentre os Procuradores de Justiça em exercício, indicados em lista tríplice pelos integrantes de carreira que gozem de vitaliciedade, na forma prevista em lei complementar para o mandato de dois anos, permitida uma recondução."

"Art. 10. O procurador-geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, dentre os Procuradores de Justiça indicados em lista tríplice, para chefiar a Instituição pelo período de 02 (dois) anos, permitida a recondução por um biênio, observandose o seguinte".

Sustenta o requerente haver incompatibilidade das normas com os arts. 2º e 128, § 3º, da Constituição Federal, uma vez que se pretendeu aplicar à escolha do Chefe do Ministério Público do Estado o mesmo critério instituído em relação ao Procurador-Geral da República, condicionando-a à aprovação legislativa, acabandose por impedir o livre exercício da prerrogativa constitucional do Governador do Estado de nomear, sem interferência do Legislativo, o Chefe do *Parquet* Estadual.

Argumenta, ainda, o autor:

"Com efeito, prevê expressamente a Constituição Federal, em seu artigo 128, § 3º, que, na escolha do seu Procurador-Geral, os Ministérios Públicos dos Estados conforme legislação específica —, formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, para ser submetida ao Chefe do Poder Executivo local, a quem caberá a nomeação."

Resulta daí que é vedado ao Poder Legislativo estadual inovar quanto ao rito a ser ob-

servado no processo de escolha do Chefe do Ministério Público da respectiva unidade da federação, eis que se trata de matéria já disciplinada pela Constituição Federal, assumindo inegável gravidade a inserção, a nível local, de interferência do Poder Legislativo em ato de competência privativa do Governador de Estado."

Formula pedido de suspensão cautelar das expressões "*após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo*" e "*após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa*", contidas nas normas impugnadas, afirmando presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, tendo em vista que no próximo dia 15 de março deverá haver a escolha da lista tríplice a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, para ulterior nomeação do Procurador-Geral de Justiça.

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (Relator): A matéria já foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.228, do Estado do Amapá, Relator o eminente Ministro Sepúlveda Pertence, e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.506, do Estado de Sergipe, da qual fui Relator.

A linha do voto do Ministro Pertence, que adotei no precedente da minha relatoria, é a seguinte:

"7. Sob o regime constitucional decaído, o Tribunal entendeu ofensiva da independência dos Poderes qualquer disposição que submetesse à aprovação do Legislativo nomeações de competência do Executivo para cargos que não correspondem nos Estados àqueles cujo provimento a Constituição Federal condicionara à anuência do Senado (v. g. Rp 826, Barros Monteiro, RTJ 57/358; Rp 857, Barros Monteiro, RTJ 67/310; Rp 1.018, Cunha Peixoto, RTJ 101/468)."

8. A situação alterouse. é certo, na Constituição de 1988: depois de enumerar as autoridades — cuja nomeação pelo Presidente da República ficou condicionada à aprovação do nome pelo Senado, o art. 52, III, f, admitiu que a lei estendesse o mesmo regime ao provimento de outros cargos.

9. Parece evidente, contudo, que essa competência legislativa não alcança os cargos cujo preenchimento pelo Poder Executivo foi especialmente disciplinado pela própria Constituição, sem que nela mesma se previsse a interferência do Poder Legislativo (v.g., CF, arts. 84, I, 94, 107, 115, 119, II, 131, § 1º): *nessa hipótese é que se insere o art. 128, § 3º, onde — ao contrário do que sucede com o Procurador-Geral da República (art. 128, § 1º) — se limitou a escolha do Procurador-Geral da Justiça dos Estados pelo Governador aos integrantes de lista tríplice formada pelo Ministério Público, mas não sujeitou a nomeação do escolhido à aprovação do Legislativo.*

10. Com efeito. A separação, independência e harmonia dos poderes — princípio fundamental da República (CF, art. 2º), *erigido em limitação material à reforma da Constituição (art. 60, § 4º, III) — não são conceitos de significação inequívoca a priori: para a ordem jurídica brasileira, o seu conteúdo se extrai do regime de poderes positivado na Constituição.*

11. Por isso, à norma infraconstitucional aí, incluída, em relação à Federal, a Constituição dos Estados —, *não é da do criar novas formas de interferência de um Poder na órbita de outro, que não derive explícita ou implicitamente de regra ou princípio da Lei Fundamental da República. É orientação a que tem sido sensível invariavelmente a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.*

12. Assim é que, em caso similar ao presente, à vista do art. 94 da Constituição Federal — *deferiu-se a suspensão cautelar da regra da Constituição da Bahia (art. 122), que igualmente reclamava aprovação prévia da Assembléia Legislativa à nomeação pelo Governador dos Desembargadores do Tribu-*

nal de Justiça (ADIn 202, med. cautelar, 23.3.90, Perence, RTJ 145/735).

13. Quando se me afigura patente a inconstitucionalidade da norma questionada, no campo delicado da relação entre os poderes, a suspensão cautelar é prudente.

14. Defiro, pois, a liminar para suspender, até decisão definitiva, a vigência, no art. 146 da Constituição do Estado do Amapá, da cláusula “após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo”: é o meu voto.

Idêntica a situação dos autos, entendo presentes a relevância jurídica da arguição de inconstitucionalidade e o *periculum in mora*, decorrente da proximidade de escolha da lista tríplice dentre os integrantes da carreira, a ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do Procurador-Geral de Justiça.

Concedo a medida cautelar pleiteada para suspender a eficácia das expressões “após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo” e “após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa”, contidas, respectivamente, no § 1º do art. 99 da Constituição do Estado de Rondônia e no art. 10 da Lei Orgânica do Ministério Público do mesmo Estado.

MEDIDA LIMINAR VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURELIO — Senhor Presidente, tenho, pelo menos, sérias dúvidas sobre a matéria. A Carta de 1988 buscou dar ao chefe do Ministério Público estabilidade maior no cargo, evidentemente submetendo tal permanência ao fator temporal. De acordo com o § 1º do artigo 128:

§ 1º *O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Sena-*

do Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

No § 2º, então, previu-se a estabilidade a que me referi, ao cogitar-se, além do mandato aludido no § 1º, da necessidade de autorização da maioria absoluta do Senado Federal para ter-se a destituição do chefe do Ministério Público Federal.

Relativamente aos órgãos dos Estados e do Distrito Federal, veio à balha regência que não guarda similitude com a da escolha do chefe do Ministério Público da União, e aí dispôs-se, na mesma Carta de 1988, sobre a confecção de lista tríplice pelos integrantes do Ministério Público para escolha do Procurador-Geral, a ser nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Ora, essa regência — que possui a peculiaridade, não há a menor dúvida, da confecção da lista e a vinculação, portanto, do Chefe do Poder Executivo — está a obstaculizar a adoção, pelo constituinte do Estado, das normas dos §§ 1º e 2º do artigo 128? Penso que não, porque a disciplina do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal está compreendida no mesmo artigo 128, no mesmo artigo onde estão contidos os dispositivos que versam sobre o mandato e também sobre a aprovação, pelo Senado Federal, do nome indicado.

Senhor Presidente, de qualquer forma, é preciso dar uma eficácia maior à Federação. O Brasil é uma República Federativa e, por isso mesmo, devemos, tanto quanto possível, assentar a autonomia normativa dos Estados, desde que não haja contrariedade a princípio básico inserto na Carta da República. No caso, ao invés do conflito, tem-se a harmonia. O preceito atacado repete o trato da matéria no âmbito federal. Por isso, peço vênias para indeferir a liminar.

E o meu voto.

VOTO (MEDIDA LIMINAR)

O SENHOR MINISTRO SEPULVEDA
PERTENCE: Sr. Presidente, como recordou

o eminente Ministro Ilmar Galvão, relatei caso idêntico entendendo que, naqueles casos onde a própria Constituição estabeleceu um procedimento de provimento de determinados cargos, não era dado inserir nele a participação de outro Poder ou uma outra instância (ADIn MC 1.228Ap, 15.3.95, Pertence, Lex 201/66). Foi o que me pareceu resultar da interpretação sistemática, apesar da cláusula aberta — nova na competência do Senado — que prevê, por lei, o estabelecimento de outras hipóteses em que o provimento dos cargos fica condicionado à sua aprovação. Aqui, ao contrário do Procurador-Geral da República, onde a indicação de qualquer membro da carreira é livre, a ênfase caiu na lista tríplice organizada pela própria instituição, o Ministério Público estadual, em compensação, subtraiu-se a intervenção prévia do Poder Legislativo. Foi esse o meu entendimento, que o Tribunal acolheu.

A discordância do Ministro Marco Aurélio vem do primeiro caso em que o tema foi intentado, na ADIn 452, do Mato Grosso do Sul, Relator o Ministro Paulo Brossard. Posteriormente, no entanto, julgamos na linha que referi, dois casos absolutamente similares, o do Amapá, ADIn 1.228, de que foi Relator, e ADIn 1.506, de Sergipe, relator o Ministro Ilmar Galvão.

Com as vênias do Ministro Marco Aurélio, continuo convencido do acerto dos precedentes e acompanho o eminente Relator.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 1.9627 — medida liminar

PROCED.: RONDÔNIA

RELATOR: MIN. ILMAR GALVÃO

REQTE.: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO.: GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

REQDA.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Sr. Ministro Marco Aurélio, deferiu o pedido de medida cautelar, para suspender, até a

decisão final da ação direta, a eficácia das expressões “após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo” e “após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa”, contidas, respectivamente, no § 1º do art. 99, da Constituição do Estado de Rondônia, e no caput do art. 10 da Lei Orgânica do Ministério Público do mesmo Estado (Lei Complementar nº 93, de 03/11/1993). Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Celso de

Mello (Presidente). Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Carlos Velloso (VicePresidente). Plenário, 11.3.99.

Presidência do Senhor Ministro Carlos Velloso, VicePresidente. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Syduey Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

ProcuradorGeral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Luiz Tomimatsu, Coordenador